



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Ajuste Direto n.º 33/AD/DA/DCCE/2020**

Aquisição de bens e serviços - Equipamento eletrónico para o Ovil do Parque da Bela  
Vista e respetiva assistência técnica

**PROJETO LIFE LUNGS (LIFE 18 CCA/PT/001170)**



## CADERNO DE ENCARGOS

### ÍNDICE

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PARTE I .....</b>                                                | <b>4</b>  |
| <b>Cláusulas Jurídicas .....</b>                                    | <b>4</b>  |
| <b>CAPÍTULO I.....</b>                                              | <b>4</b>  |
| <b>Disposições gerais .....</b>                                     | <b>4</b>  |
| <b>Cláusula 1.ª Objeto .....</b>                                    | <b>4</b>  |
| <b>Cláusula 2.ª Preço Base .....</b>                                | <b>4</b>  |
| <b>Cláusula 3ª. Contrato.....</b>                                   | <b>5</b>  |
| <b>Cláusula 4.ª Vigência do Contrato .....</b>                      | <b>5</b>  |
| <b>Capítulo II .....</b>                                            | <b>6</b>  |
| <b>Obrigações contratuais .....</b>                                 | <b>6</b>  |
| <b>Secção I .....</b>                                               | <b>6</b>  |
| <b>Obrigações do cocontratante .....</b>                            | <b>6</b>  |
| <b>Cláusula 5.ª Obrigações principais .....</b>                     | <b>6</b>  |
| <b>Cláusula 6.ª Local da entrega dos bens .....</b>                 | <b>7</b>  |
| <b>Cláusula 7.ª Conformidade, operacionalidade e garantia .....</b> | <b>7</b>  |
| <b>Cláusula 8.ª Suspensão e substituição de bens .....</b>          | <b>8</b>  |
| <b>Cláusula 9.ª Patentes, Licenças e Marcas registadas.....</b>     | <b>9</b>  |
| <b>Cláusula 10.ª Dever de sigilo.....</b>                           | <b>9</b>  |
| <b>Cláusula 11.ª Atualizações jurídico-comerciais.....</b>          | <b>10</b> |
| <b>Cláusula 12.ª Responsabilidade do cocontratante .....</b>        | <b>10</b> |
| <b>SECÇÃO II.....</b>                                               | <b>11</b> |
| <b>Obrigações do contraente público .....</b>                       | <b>11</b> |
| <b>Cláusula 13.ª Preço contratual .....</b>                         | <b>11</b> |
| <b>Cláusula 14.ª Fatura e condições de pagamento .....</b>          | <b>11</b> |
| <b>Cláusula 15.ª Gestor do Contrato .....</b>                       | <b>12</b> |
| <b>CAPÍTULO III.....</b>                                            | <b>12</b> |
| <b>Sanções contratuais e resolução .....</b>                        | <b>12</b> |



---

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Cláusula 16.<sup>a</sup>.....</b>                                                      | <b>12</b> |
| <b>Sanções contratuais .....</b>                                                          | <b>12</b> |
| <b>Cláusula 17.<sup>a</sup> Força maior.....</b>                                          | <b>13</b> |
| <b>Cláusula 18.<sup>a</sup> Resolução por parte do contraente público.....</b>            | <b>14</b> |
| <b>Cláusula 19.<sup>a</sup> Resolução por parte do cocontratante .....</b>                | <b>15</b> |
| <b>CAPÍTULO IV.....</b>                                                                   | <b>15</b> |
| <b>Disposições Finais .....</b>                                                           | <b>15</b> |
| <b>Cláusula 20.<sup>a</sup> Subcontratação.....</b>                                       | <b>15</b> |
| <b>Cláusula 21.<sup>a</sup> Comunicações e notificações .....</b>                         | <b>15</b> |
| <b>Cláusula 22.<sup>a</sup> Contagem dos prazos .....</b>                                 | <b>16</b> |
| <b>Cláusula 24.<sup>a</sup> Foro competente.....</b>                                      | <b>17</b> |
| <b>Cláusula 25.<sup>a</sup> Legislação aplicável .....</b>                                | <b>17</b> |
| <b>PARTE II .....</b>                                                                     | <b>17</b> |
| <b>CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>                                                           | <b>17</b> |
| <b>Cláusula 26.<sup>a</sup> Especificações Técnicas dos Bens Objeto do Contrato .....</b> | <b>17</b> |
| <b>Cláusula 27.<sup>a</sup> Assistência Técnica.....</b>                                  | <b>18</b> |



## **PARTE I**

### **Cláusulas Jurídicas**

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto que tem por objeto a aquisição de equipamento eletrónico para o Ovil do Parque da Bela Vista e respetiva assistência técnica, melhor especificado nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Preço Base**

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição de bens - equipamento eletrónico - objeto do presente procedimento é de 14.771,00 € (catorze mil, setecentos e setenta e um euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Os parâmetros base máximos são os seguintes:
  - Infraestruturas para instalação do sistema de segurança – 7.250,00 € (sete mil, duzentos e cinquenta euros), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;
  - Fornecimento e Instalação dos equipamentos do sistema de segurança - 7.271,00 € (sete mil, duzentos e setenta e um euros), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;
  - Pack de 50 cartões de proximidade – 100,00€ (cem euros) valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;
  - Pack de 50 Tags de proximidade - 150,00€ (cento e cinquenta euros), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;
  - Contrato de manutenção preventiva por 2 anos (início após colocação do sistema em funcionamento) - 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor.



### Cláusula 3ª.

#### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, doravante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 4.ª

#### **Vigência do Contrato**

1. O contrato será vigente pelo prazo de 26 (vinte e seis) meses, com início da data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. As infraestruturas para instalação do sistema de segurança a realizar no âmbito do contrato deverão ser integralmente executadas no prazo máximo de um mês a contar da data da celebração do contrato.
3. O fornecimento e instalação dos equipamentos do sistema de segurança, bem como o fornecimento dos packs de 50 cartões de proximidades e de 50 tags de proximidade, serão



concretizados no prazo máximo de um mês a contar do fim da execução da fase referida no n.º 2 desta Cláusula.

4. A assistência técnica, na modalidade de manutenção preventiva, será prestada durante 24 (vinte e quatro) meses e iniciar-se-á após a concretização da fase referida no n.º 3 desta Cláusula.

## **Capítulo II**

### **Obrigações contratuais**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do cocontratante**

##### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações principais**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a. Proceder ao fornecimento dos bens objeto do contrato, durante o período de vigência do mesmo;
  - b. Respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor;
  - c. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito do contrato;
  - d. Comunicar antecipadamente aos serviços do contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato ou o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações;
  - e. Manter inalteradas as condições de fornecimento de bens, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
  - f. Responsabilizar-se pela qualidade e substituição, em caso de defeito, dos bens fornecidos;



- g. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes com relevância para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - h. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que o fornecimento de bens é efetuado e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.
  - i. Proceder a assistência técnica para 24 meses.
2. O cocontratante deverá remeter o documento “Questionário a Fornecedores”, em anexo ao presente caderno de encargos como Anexo I, devidamente preenchido, no final da prestação de serviços. A informação recolhida não será objeto de transmissão a quaisquer entidades. O seu tratamento e apresentação nunca serão individualizados, mas sim de forma agregada, para o conjunto de fornecedores/fornecimentos que o projeto adquiriu.
3. O cocontratante deverá, ainda, prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante aos bens em causa que lhe for solicitada pelo contraente público através do gestor do contrato de acordo com o consubstanciado no artigo 290.º-A do CCP.
4. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

#### Cláusula 6.ª

##### **Local da entrega dos bens**

Os bens a fornecer serão entregues pelo cocontratante em local a indicar pelo contraente público na área geográfica do Concelho de Lisboa.

#### Cláusula 7.ª

##### **Conformidade, operacionalidade e garantia**

1. O cocontratante garante a conformidade, operacionalidade e boa execução do fornecimento de bens objeto do presente Caderno de Encargos, conforme melhor especificado nas suas cláusulas 26.ª e 27.ª.



2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização, quando for caso disso.
3. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, e no que se refere aos bens entregues ao contraente público, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.
4. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de um ano a contar da data de entrega, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
5. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Divisão de Contratos Centralizados Especiais tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o fornecedor, para efeitos da substituição do bem em causa.
6. A substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pela Divisão de Contratos Centralizados Especiais, para o fornecedor e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Suspensão e substituição de bens**

1. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado, que implique a suspensão da entrega, deve o cocontratante, logo que dele tenha conhecimento, requerer ao contraente público, para o Gestor de Contrato, que seja concedida uma prorrogação, devidamente fundamentada, do respetivo prazo.
2. Sempre que se verifique a descontinuidade de um bem, deve o cocontratante proceder à sua substituição, por outro de qualidade idêntica ou superior, não podendo, deste facto, resultar qualquer acréscimo de preço, submetendo a aprovação dessa substituição ao Gestor de Contrato juntamente com uma declaração que confirme a descontinuidade do bem, emitida pelo seu fabricante ou o seu representante oficial em Portugal.



3. Nas situações previstas nos números anteriores, o cocontratante deve fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte dos serviços responsáveis do contraente público, nomeadamente através de amostras, fotografias e especificações técnicas dos bens, assistindo aos serviços interessados do contraente público a possibilidade de testar os mesmos com vista à sua aprovação.
4. Atento o disposto nos números anteriores, o contraente público não fica, em caso algum, obrigado a aceitar os bens de substituição propostos pelo cocontratante.
5. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução e/ou destruição dos bens que tenham sido objeto de rejeição e/ou substituição, serão da exclusiva responsabilidade do cocontratante.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente



a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### **Atualizações jurídico-comerciais**

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
  - a. Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
  - b. A sua denominação e sede social;
  - c. A sua situação jurídica;
  - d. A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### **Responsabilidade do cocontratante**

1. O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução do fornecimento dos bens objeto do contrato.
2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.



## SECÇÃO II

### Obrigações do contraente público

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento de bens e serviços de assistência técnica objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante os preços unitários constantes da proposta adjudicada, cujo valor respeitante ao cúmulo dos respetivos pedidos de compra não poderá ser superior ao preço base definido na cláusula 2.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual não poderá ser superior ao preço base do procedimento.
3. Os pagamentos devidos pelo contraente público são efetuados de acordo com as datas de entrega e instalação do equipamento eletrónico, obedecendo às solicitações formuladas, de acordo com o disposto na cláusula 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
4. Os preços referidos no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Fatura e condições de pagamento**

1. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25 – 8.º piso, Bloco A, 1749 – 099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução da mesma, o número de Compromisso.
2. O prazo para pagamento das faturas é de 30 (trinta) dias a contar da data da receção das mesmas nos serviços do contraente público.



3. Para efeitos do n.º 2 desta cláusula, as faturas só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação, considerando-se esta vencida com a entrega faseada ou total dos bens objeto do contrato, tendo em conta as solicitações formuladas.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos pontos 1 a 3 da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária.

#### Cláusula 15.ª

#### **Gestor do Contrato**

De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

### **CAPÍTULO III**

#### **Sanções contratuais e resolução**

#### Cláusula 16.ª

#### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações decorrentes do contrato, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento dos prazos referidos nos n.ºs 2 e 3 da Cláusula Quarta:
    - I. De 1 a 15 dias: até 5% do valor contratual;
    - II. De 16 a 30 dias: até 10% do valor contratual;
    - III. De 31 a 45 dias: até 15% do valor contratual;
    - IV. Superior a 45 dias: até 20% do valor contratual.



- b) Pelo incumprimento dos prazos referidos no n.º 3 da Cláusula 27.º, poderá ser aplicada uma penalidade até ao montante de 200,00 € por cada 24 horas de atraso
- 2. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 3. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pelo contraente público.

#### Cláusula 17.ª

##### **Força maior**

- 1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma, resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;



- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
  - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

#### **Resolução por parte do contraente público**

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, no caso de incumprimento das características técnicas dos bens objeto do procedimento.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada à cocontratante via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
- 3. O contraente público pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o cocontratante.
- 4. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.



#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Disposições Finais**

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Subcontratação**

Nos casos de subcontratação, previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do



Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato:

- a. Por correio eletrónico;
  - b. Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a. A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c. Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Proteção de dados pessoais**

1. A presente aquisição de serviços não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, a Entidade Pública Contratante e o Cocontratante assumem o compromisso de, em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável, celebrar um Acordo de Tratamento de Dados, que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta aquisição,



destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham sido recolhidos.

#### Cláusula 24.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.

## **PARTE II**

### **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### **Especificações Técnicas dos Bens Objeto do Contrato**

1. No âmbito do presente contrato, o cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público, os bens objeto do contrato com as seguintes características e especificações:
  - Sistema cctv por IP e router
    - HWI-D141H
    - 1/3 progressive scan CMOS
    - 2560x1440 20FPS
    - 2.8/4 mm fixed lens
    - 0.028 lux
    - Range 30 m



- HWN-4216MH
    - HD input H.265+
    - 8MP resolution
    - 2 SATA interfaces
  - Sistema controlo de acessos e intrusão, mais comunicador CRA
    - Leitores RFID Dual Frequency 125 kHz/13,56 MHz
    - Alarme Evo 192
2. Nas especificações técnicas dos equipamentos supra descritos, em que se faça referência a marcas ou modelos, deverá entender-se “ou equivalente”.
  3. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
  4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
  5. O fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal de Lisboa por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que são entregues.
  6. Não são admitidos produtos reciclados.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

#### **Assistência Técnica**

1. No âmbito do presente contrato, a assistência técnica contempla:
  - a. Uma deslocação anual para manutenção preventiva, de acordo com os requisitos técnicos dos equipamentos fornecidos/instalados;
  - b. Uma visita por trimestre para verificação do sistema;
  - c. Durante o período de garantia, e em caso de avaria, serão efetuadas “in site” todas as ações corretivas necessárias, sem quaisquer custos adicionais.
2. Em caso de avaria fora do âmbito de garantia, será efetuado orçamento prévio.
3. Os prazos de resposta para as ações corretivas são:
  - a) CCTV – 72 horas



b)CA – 48 Horas

c)SADIR – 48 Horas



## **ANEXO I**

(a que se refere o n.º 2 da Cláusula 5.ª deste Caderno de Encargos)

**O Questionário a Fornecedores é disponibilizado em formato word na plataforma eletrónica.**